

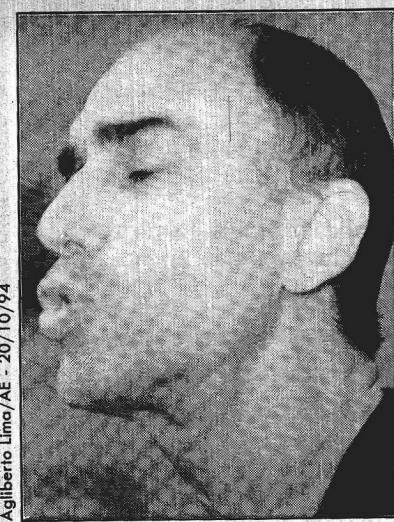
ALIADOS PREVÊM DIFICULDADE

Partidos querem influir na elaboração de emendas à Constituição

Os líderes dos partidos aliados que compareceram à posse do presidente Fernando Henrique Cardoso ontem, no Congresso, estão convencidos de que o novo governo terá muito trabalho para negociar as reformas constitucionais. "Não adianta mandar um pacote prontinho, porque o Parlamento não é um cartório de registro", declarou o ex-líder do governo, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP). Segundo ele, mais do que simplesmente receber a proposta do governo, os parlamentares querem participar da elaboração das emendas.

"O governo tem apoio para aprovar projetos, mas falta muita articulação para garantir os três quintos da reforma", afirmou o candidato a líder do PFL, deputado Ney Lopes (RN). Com a experiência de três mandatos na Câmara, Lopes observou que, por maior que seja a vocação governista dos políticos, o conteúdo das reformas é conflitante demais. "Quando o assunto envolve questões setoriais, regionais e pessoais, sobra sempre um espaço entre a sobrevivência política e o atendimento ao governo para ser administrado".

O deputado Bonifácio de An-



Agiberto Lima/AE - 20/10/94

Maciel: articulador.

dada (PTB-MG) sugeriu ao conselho dos partidos governistas que faça uma sondagem das resistências a cada tema da reforma logo na primeira reunião, prevista para amanhã. Este trabalho serviria para mapear a ação das lideranças dos aliados sobre suas respectivas bancadas.

"Sem a fidelidade partidária, indispensável para a construção da maioria, a tarefa das lideranças que apóiam o governo está superdimensionada", afirmou o líder do PP, deputado Raul Belém

(MG). Belém acredita que os líderes terão muito trabalho para manter a homogeneidade e advertiu: "Se os interesses locais e corporativos prevalecerem sobre os interesses gerais, o presidente não vai conseguir governar".

Nomeado articulador da reforma constitucional por Fernando Henrique, o vice-presidente Marco Maciel (PFL-PE), considera as modificações do sistema tributário como as de aprovação "mais complexa" embora sejam as mais prementes. "Isso é fundamental para a continuidade do plano de estabilidade econômica", declarou. Maciel admitiu que os interesses de Estados e municípios podem dificultar a reforma. "Temos que pensar em formas de compensação para eles", afirmou.

O vice-presidente concordou, ainda, com as declarações do presidente do PSDB, Pimenta da Veiga, que afirmou que a base de apoio ainda não está totalmente consolidada. "Claro que os partidos políticos ainda não têm a consistência interna que nós gostaríamos que tivessem", afirmou. "Mas é importante lembrar que há partidos que não integram nossa coligação e estão dispostos a contribuir, como o PPR".



Stephanes quer mudanças rápidas

O ministro da Previdência Social, Reinholt Stephanes (foto), se disse disposto a acelerar o ritmo dos estudos para reformulação da área. "Entro no Ministério jogando; não tem treinamento", disse Stephanes, que já comandou a pasta no governo Collor. Stephanes vai dar prioridade às modificações na legislação previdenciária que não impliquem emendas à Constituição.

Privatização de universidades não é prioridade

O governo Fernando Henrique Cardoso não vai alimentar a polêmica da privatização do ensino superior, defendida com ênfase pelos pefehistas que comandaram o setor nos últimos anos. O economista e ex-reitor da Unicamp, Paulo Renato Souza, assume hoje o Ministério convencido de que a privatização é uma questão secundária. "Estamos centrados na discussão da universidade pública, mas o problema é expandir e diversificar o ensino superior", disse ele, ao lembrar que há apenas 2 milhões de universitários hoje no País. Embora a prioridade do novo governo seja a melhoria da qualidade do ensino de primeiro e segundo graus, o ministro acha que para se igualar a países como México e Argentina, o Brasil precisará ter pelo menos cinco milhões de brasileiros nas universidades.

Secretaria fiscalizará direitos humanos

O novo ministro da Justiça, Nelson Jobim, anunciou ontem a criação da Secretaria de Planejamento e Ações de Segurança para orientar e impedir a ocorrência de atentados aos direitos humanos no País. Para o ministro, o Brasil não pode continuar sofrendo represálias de organismos econômicos de cooperação, por causa de denúncias que muitas vezes nem mesmo chegam ao conhecimento do governo federal. "A defesa dos direitos humanos no País também assume conotações econômicas", afirmou. O ministro e a secretária de Justiça dos Estados Unidos, Janet Reno, que veio para a posse de Fernando Henrique Cardoso, também deram início ontem a entendimentos para intensificar os acordos de repressão ao uso e tráfico de drogas. Eles conversaram sobre as medidas conjuntas que os dois países podem adotar.